recebido em: 16 abr. 2004 – aprovado em: 3 maio 2004

Reflexões sobre a relevância de uma utopia contemporânea

Denise Falcão Pessoa
Arquiteta – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie);
Doutora em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (USP);
Mestre em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura e Planejamento Urbano (Universidade de Michigan);
Professora de Projeto no curso de Arquitetura e Urbanismo – Uninove.
denisefpessoa@hotmail.com

Resumo

O artigo põe em discussão a relevância de formular uma utopia contemporânea ante o cenário de um mundo globalizado. A abordagem desse tema é feita pelo viés da arquitetura e de questões urbanas, particularmente das grandes metrópoles. Toda utopia pressupõe a existência de uma cidade ideal. A sociedade justa vivendo em harmonia, como postulada inúmeras vezes, vislumbra um espaço urbano salubre e em equilíbrio com a natureza. Os avanços tecnológicos, até meados do século XX, pareciam estar a serviço da humanidade. Isso não se comprovou no fim do século, contradição que este artigo também busca questionar.

Palavras-chave

Arquitetura visionária. Utopia.

Pessoa, Denise Falcão. Reflexões sobre a relevância de uma utopia contemporânea.
Exacta. v. 2, p. 175-189. São Paulo: Uninove, nov. 2004.

Reflections on the importance of a contemporary utopia

Abstract

This paper deals with the importance of discussing a contemporary utopia facing the globalized world. The theme is developed through an architectural and urbanistic approach concerning particularly great metropolises. Every utopia supposes the existence of an ideal city. A fair society living in harmony, as many times described, is a main condition to a healthy urban space in balance with nature. Up to the middle of the 20th century, technological development was supposed to be achieved for the good of humanity. That was not confirmed at the end of the century. This paper aims to discuss this contradiction.

Key words

Visionary architecture. Utopia.

Introdução

Desde o Renascimento, muitas utopias e projetos arquitetônicos visionários foram realizados – em alguns períodos com mais freqüência e em outros tendendo a desaparecer. Nota-se que, no período pós-revolução industrial, surgem em profusão. A prática de especular a respeito do que nos aguarda no futuro é freqüente. A maioria dos arquitetos de vanguarda do século XX elaborou projetos visionários, cujos temas preferidos foram a torre, o palácio, o teatro e a cidade. Desses, o que exerceu maior fascínio nos arquitetos foi, sem dúvida, a cidade. Nessa época, os arquitetos de renome apresentaram sua visão de cidades para o terceiro milênio.

O novo milênio já é presente, e a questão agora é: faz sentido pensar em utopia hoje? Qual seria a utopia neste período em que vivemos, de globalização, aumento da exclusão social, do alargamento das diferenças entre ricos e pobres, das perdas dos espaços públicos e do distanciamento da natureza?

São mostradas aqui algumas visões de vários autores do que seria uma utopia neste momento e que rumo as cidades devem seguir, que ideais perseguir.

1. Universidade e globalização

O percurso da humanidade nos mostra um ideal sempre perseguido: o da unificação do mundo. O cenário, sobretudo o econômico mundial atual, indica que isso não só é possível, mas também, sob alguns aspectos, inevitável. Um mundo que administrado por um único sistema de governo, que fala a mesma língua, e compartilha as mesmas regras de conduta e ética vem se materializando. A humanidade está sendo levada a uma condição utópica profetizada por filósofos ao longo da história, ou foram as sociedades que se distanciaram dos seus objetivos maiores de liberdade e igualdade? Quais são as inquietações, as premissas e os ideais para o milênio que se inicia?

Ao longo do século XX, testemunhamos uma árdua disputa entre dois sistemas de governo: de um lado, o modelo capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos, e, do outro, o modelo comunista tendo a Rússia como líder. De acordo com as teorias marxistas, o comunismo deveria expandir-se e conquistar novas economias; o insucesso dessa expansão

inviabilizaria sua continuidade no contexto mundial e o levaria ao fracasso. O sistema capitalista foi-se alastrando e conquistando mercados, consolidando, dessa forma, sua privilegiada condição de supremacia.

> Contrariamente a outros tipos de sistemas mundiais tais como os impérios, que não ultrapassaram em duração o meio milênio e cujo poder de expansão foi sempre geograficamente limitado, o capitalismo parece não ter limites espaciais: no final do século XIX a economia capitalista mundial expandiu-se para cobrir todo o planeta, absorvendo todos os sistemas históricos existentes. Segundo Wallerstein, pela primeira vez na história, existiria apenas um sistema histórico. Quais seriam as conseqüências do fato de esse sistema operar sem um outro sistema fora dele? (Montero, 1993, p. 163).

Na virada do século XXI, fica evidente a participação de quase todos os países no sistema capitalista, comandados por países líderes. Países liderados parecem não ter outra opção senão aderir à globalização:

> Entre as várias e complexas resultantes desse processo, a que mais nos interessa é a que diz respeito aos mecanismos de incorporação da 'periferia' do mundo ao sistema global. Segundo a análise de Wallerstein, não há como resistir à expansão da economia capitalista, e isto por duas razões opostas complementares: a lógica capitalista penaliza as economias que não agem no sentido de maximização dos lucros; não há maneiras de introduzir nas decisões, de modo sistemático e permanente, valores antimercado. Assim, cedo ou tarde todas as regiões do globo serão incorporadas na divisão mundial do trabalho numa posição central ou periférica. (id. ib.).

O panorama mundial vislumbra um tempo em que se poderá falar a mesma língua (inglês), comer a mesma comida (McDonald's), calçar o mesmo sapato (Nike), dirigir o mesmo carro, ter um namorado virtual

(internet), contrair as mesmas doenças transmissíveis (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida [AIDS]), orar no mesmo templo (cultos ecumênicos), em qualquer lugar do planeta.

Etienne Balibar (1995, p. 2) pressupõe o fim das utopias, quando postula a Universalidade Real:

> Muitos leitores dirão: universalidade 'real' neste sentido não é nada novo. Houve um tempo em que 'O Mundo' como uma entidade não era concebível, exceto em termos físicos ou cosmológicos. Mas ele existiu ao menos desde a emergência do 'mundo moderno', portanto, tem sido o antecedente do que chamamos Modernidade. É verdade. Portanto, minha posição será de algo mais. Houve estágios na extensão e intensificação da universalidade real, em que, 'por fim', um marco decisivo foi atravessado. E é chegado o momento em que figuras utópicas de universalidade se tornam obsoletas por sua própria natureza. Por figuras utópicas quero dizer qualquer plano intelectual de estabelecer universalidade conectando a humanidade consigo mesma, criando a 'Cosmópolis' – que sempre foi imaginada ao mesmo tempo que uma implementação dos mesmos valores morais, mais precisamente, valores 'moralísticos'. Essa impossibilidade não surge porque se provou impossível conectar o mundo como um lugar único, mas exatamente pela razão oposta: porque essa conexão da humanidade consigo mesma já foi atingida, pois estava atrás de nós. Os dois aspectos, portanto, estão, aliás, amarrados. Mas esse fato só é reconhecido com atraso e relutantemente. Por quê? Talvez porque, embora não marque o 'fim da história', isto, no entanto, marca o fim prático das utopias 'cosmopolíticas', pois envolve o reconhecimento de que universalidade real, ou globalização, já atingiram o objetivo pelo qual foi concebido como 'a unificação da humanidade', embora certamente não implementando a maioria da moral [ou 'humanístico'] valores cujas utopias crêem que devem ser ou a precondição, ou a conseqüência imediata dessa unificação.

Parece-nos que a "[...] unificação da humanidade [...]" referida por Balibar (op. cit.) é assunto para análise e discussão. Se, por um lado, a universalidade aponta para o alcance de um 'estado utópico', por outro, a globalização se configura como um sistema excludente, que não incorpora toda a economia mundial, mas exclui uma parcela significativa. No mundo globalizado, coabita uma periferia que paradoxalmente não participa do sistema central: "A noção de cidadania, que pressupõe um sujeito universal de direitos, entra em colapso porque não consegue equacionar o dilema das diferenças." (Montero, 1993, p. 167).

Utopia diz respeito a lugar que, até o século XX, é usado como sinônimo de cidade. Cidade, por sua vez, com todos os problemas que decorrem do seu funcionamento, constitui modelo de um sistema governamental, como afirma Michel Foucault (apud Rabinow, 1984, p. 241, tradução nossa):

> Há uma série de utopias ou projetos para governar um território que se desenvolve na premissa de que o estado é como uma grande cidade; a capital é como sua praça principal, as rodovias são como as ruas. O estado será bem organizado quando num sistema de procedimentos, tão rígido e eficiente quanto o das cidades, estende-se sobre todo o território [...] O modelo da cidade se torna a matriz para as regulamentações que se aplicam para todo o estado.

Da mesma maneira que a cidade serve de parâmetro para um sistema de governo, a cidade utópica nunca está desvencilhada de um estado ideal. De uma certa forma, o lugar não é apenas um espaço físico, um conjunto de ruas, praças, edifícios etc. O lugar vai além dos cheios e vazios que compõem uma cidade, da mesma forma que um sistema de governo não pode dispensar uma organização espacial, não só estática (casas, prédios administrativos...), mas também dinâmica (circulação de veículos, pedestres, sistemas de drenagem, saneamento básico...). Por isso, as utopias trazem, via de regra, uma descrição de uma sociedade do ponto de vista econômico e ético, além de uma explicação das características físicas da cidade, onde essa sociedade habita.

Ocorre que, neste início de século, a espacialidade urbana vem sendo modificada pela existência do 'não-lugar', pela 'atopia', alterando a articulação dos lugares. Em grandes centros urbanos, ocorre uma desurbanização, um êxodo das grandes cidades, sobretudo em áreas centrais, contrapondo-se ao movimento contrário ocorrido no início da industrialização:

> A antiga aglomeração desaparece então na imensa aceleração das telecomunicações para gerar um novo tipo de concentração: a concentração de uma 'domiciliação' sem domicílio em que os limites da propriedade, as cercas e as divisórias são menos obstáculos físicos permanentes do que interrupções da emissão ou de uma zona de sombra eletrônica que renova aquela da insolação, à sombra derivada dos imóveis [...] Uma estranha topologia se dissimula na evidência das imagens televisadas. Aos projetos do arquiteto sucedem-se os planos-seqüência de uma montagem invisível. Onde a organização do espaço geográfico se estruturava a partir da geometria de uma demarcação (rural ou urbana), a organização do tempo se dá a partir de uma fragmentação imperceptível da duração técnica, onde os recortes e as interrupções momentâneas substituem a ocultação durável, a 'grade de programas' substituindo a grade das cercas [...] (Virilio, 1995, p. 13).

Voltando ao objetivo de trazer à baila a indagação referente à utopia do século XXI, parece que se vai esboçando uma metrópole sem urbanidade, onde os limites entre urbano e não-urbano perdem a razão de ser, os ajuntamentos humanos se dão via sistema de telecomunicação e a periferia não é definida por uma área física, e sim conceitual. Conseqüentemente, o arquiteto vai enfraquecendo seu papel, deixa de ser o grande articulador do espaço e também vai perdendo sua capacidade de se recolocar no novo cenário mundial. Num passado recente (arquitetura modernista), ele se via como onipotente, capaz de, pela arquitetura, provocar mudanças radicais numa sociedade. Merleau-Ponty (1984, p. 198) chama essa onipotência de "[...] visão de sobrevôo [...]", em que o arquiteto acredita ser capaz de dar conta de questões não só espaciais, mas também sociais, éticas etc. Dizia Le Corbusier (1977, p. 191): "[...]

arquitetura ou revolução." Isso comprova a visão do poder que se tinha da arquitetura na época. Na pós-modernidade, o arquiteto divaga sobre seu papel como articulador de espaços, já que essa nova dimensão não diz respeito a questões arquitetônicas.

Sabe-se hoje que é possível uma cidade crescer indefinidamente, unindo-se com outra, outra e... mais outra, formando-se assim uma cidade contínua, infinita, sem limites. O limite urbano nas grandes cidades foi desaparecendo à medida que se desenvolveram sistemas de transporte. Primeiro foram as ferrovias, depois as rodovias e, posteriormente, os aeroportos. Estes últimos não necessariamente unem cidades, mas aparecem como alternativa de deslocamento das grandes cidades, da necessidade de transpor distâncias em curto espaço de tempo, exigência essa que foi criada em razão da necessidade da presença de uma pessoa em determinado lugar do planeta a uma hora preestabelecida.

Até meados do século XX, acreditava-se que todo o desenvolvimento da tecnologia buscava beneficiar a humanidade. Sabe-se que há tecnologia suficiente para destruir o planeta: bombas atômicas, elementos capazes de interferir na camada de ozônio, ou de provocar o aquecimento da terra, sendo possível derreter parte das geleiras, causando a mudança do nível dos mares etc. A utopia, hoje, certamente não virá pelas possibilidades tecnológicas. Já não veio nem virá:

> Suspeito que a pergunta feita por Keynes em 1927 – 'Por que não deveríamos começar a colher os frutos espirituais de nossas conquistas materiais?' – seja forte candidata ao nosso rol das sentenças dotadas do dom da eterna atualidade. (Giannetti, 2002, p. 83).

No início da revolução industrial, supunha-se que a industrialização libertaria o homem do trabalho escravo e seria possível trabalhar poucas horas por dia, dedicando as restantes ao ócio, às relações humanas, ao aprendizado e à elevação intelectual. O que se vê hoje é uma massa humana crescente de desempregados. Aqueles que estão empregados, trabalhando até a exaustão, passam uma considerável parte de seu tempo deslocando-se de casa para o trabalho, do trabalho para casa. Crescem as diferenças de classe, aumenta o número de pessoas excluídas, sem espaço na sociedade, sem perspectiva, a ponto de um jovem ver como opção de vida sua inserção no esquema de tráfico de drogas. Os tão almejados au-

tomóveis, sonhos de consumo exaltados pelas propagandas de televisão, não passam de geradores de estresse, de camarotes de onde as pessoas observam o mundo.

> É irônico recordar que o progresso técnico aparecia, desde os séculos anteriores, como uma condição para realizar essa sonhada globalização com a mais completa humanização da vida do planeta. Finalmente, quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade. A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada. (Santos, 2002, p. 41).

A metrópole é a triste materialização dessa realidade. A questão da arquitetura e, sobretudo, do urbanismo hoje não é tecnológica. A partir da Revolução Industrial, são incontáveis as investigações sobre a cidade do futuro. A indagação que começou no início do século XX com Sant'Elia é ainda presente, pois não encontrou resposta. Disse Sant'Elia (apud Argan, 2001, p. 183) que "[...] cada geração deverá fabricar para si a sua cidade."

Que cidade estamos criando para nós? Numa utopia, nenhum setor da sociedade é excluído. Pode haver hierarquia, castas, divisão social, mas todos os membros da comunidade participam, de alguma forma, da dinâmica social. Os cidadãos têm sempre uma função, uma profissão, e existe sempre um lugar onde eles possam atuar. Nesse sentido, a afirmação feita por Etienne Balibar de que a utopia já se concretizou parece um equívoco, uma vez que a sociedade pós-moderna marginaliza segmentos cada vez maiores da sociedade. O desemprego, por exemplo, é um fator novo com que os governos globalizados não sabem lidar. Hoje, a população sem colocação no mercado de trabalho vem aumentando sistematicamente, o que leva ao crescimento dos grupos marginalizados.

> A marginalidade não é mais hoje limitada por grupos minoritários, mas ao contrário, numerosos e dispersos; essa atividade cultural, uma atividade que não assina,

> não é legível e não simbolizada, fica como única possibilidade de todas as que, apesar de tudo, compram e pagam por produtos exibidos, através dos quais a economia produtiva se articula. A marginalidade está se tornando universal. Um grupo marginal se tornou agora a maioria silenciosa. (Certeau, 1984, p. 17 [XVII], tradução nossa).

A marginalização de um segmento da sociedade caracteriza um estado de desigualdade. Como sugere Etienne Balibar (1995), igualdade e liberdade são a mesma coisa, e ele usa o termo 'equaliberdade' fundindo as duas palavras, tornando-as inseparáveis. O conceito de universalidade é ideal, assim como a não-discriminação e o não-preconceito. A equaliberdade só pode ser atingida quando conquistada e não pode ser dada como um prêmio benevolente das classes dominantes para as camadas marginalizadas:

> Direitos de igualdade e liberdade são, contudo individuais: só indivíduos podem reivindicá-la e sustentá-la. Mas a supressão combinada de coesão e discriminação [que nós podemos chamar de emancipação] é sempre claramente um processo coletivo, o qual pode ser atingido somente se muitos indivíduos [virtualmente todos] unirem-se e juntarem esforços contra opressões e hierarquias sociais. Em outros termos, equaliberdade nunca é algo que pode ser distribuído, ela tem que ser conquistada. Há uma conexão direta aqui com o que Hannah Arendt chamou de "[...] o direito de adquirir direitos [...]", como algo distinto de usufruir desse ou daquele direito existente, o qual é garantido por lei. O 'direito ao direito' claramente não é a noção de moral, e sim política. Descreve o processo que começa com resistência e termina no exercício real de um 'poder constituído' em qualquer forma histórica particular que venha tomar. Portanto, deve ser chamado também de direito à política, no sentido amplo, significando que ninguém pode ser emancipado adequadamente de fora para dentro ou de cima para baixo, mas somente por sua própria atividade [coletiva]. O que é exatamente o

> que os insurgentes de várias revoluções democráticas no passado reivindicaram (o que continuam reivindicando se há revoluções no presente). (Balibar, 1995, p. 10, tradução nossa).

A mundialização é um estado perseguido pela expansão capitalista desde o Renascimento.

> Aldeia global tanto quanto espaço-tempo contraído permitiriam imaginar a realização do sonho de um mundo só, já que, pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido esgarçadas. Tudo seria conduzido e, ao mesmo tempo, homogeneizado pelo mercado global regulador. Será, todavia, esse mercado regulador? Será ele global? (Santos, 2002, p. 41).

Busca-se criar um mundo único, multiplicando a interdependência econômica, política e cultural dos países. No entanto, parece claro que a globalização tem aumentado as chamadas minorias e não se pode pretender que o esforço contra a desigualdade venha suprimir a diversidade cultural e a resistência à homogeneização. O que existe em comum em todas as utopias é a proposta de uma vida livre, de um trabalho alienante e extenuante, que se quer regular e prazeroso, permitindo às pessoas tempo e energia para o lazer, para se dedicar às relações humanas, ao aprimoramento intelectual, enfim, ao gozo do viver e da interação com a natureza.

2. Que utopia?

A questão agora é: que utopia faz sentido hoje diante do contexto mundial existente? Quando as primeiras utopias foram elaboradas, a população mundial vivia predominantemente no campo, trabalhando principalmente na agricultura. As cidades eram pontos isolados, distribuídos em meio à terra cultivada. Essa configuração foi-se invertendo até chegar ao que existe hoje: a população mundial é predominantemente

urbana, e a porcentagem que vive nos grandes centros vem aumentando. Portanto, cidade é o *hábitat* dessa população. Nas utopias formuladas por Thomas More (1478-1535) ou Campanella (1568-1639), o ideal é uma vida urbana muito ligada à rural. Nas utopias do século XVIII, elaboradas por Ledoux ou pelos socialistas utópicos, é evidente a preocupação com o crescimento das cidades e sua simultânea degradação. Enquanto a cidade cresce, a vida urbana deteriora e a vida saudável do campo vai perdendo espaço para a insalubridade dos guetos, das habitações amontoadas e favelas, dos rios poluídos das cidades. As utopias desta época propõem uma reaproximação da área urbana com a natureza, como é o caso da cidade de Chaux, idealizada por Claude-Nicolas Ledoux (1736-1806).

A questão cidade/natureza continua a ser tema de utopias no século XX, quando o distanciamento entre cidade e campo é evidente e parece ser inevitável. Na virada do século XX, surge a Cidade Jardim de Howard e, mais tarde, a *Broad Acre City*, de Wright, ou o *Plan Voisin*, de Le Corbusier. As cidades começam a perder seu limite já no século XIX e, no XX, o fenômeno da conurbação urbana parece inevitável. O limite físico da área urbana desaparece e a cidade invade o campo com seus tentáculos incontroláveis. Aparentemente não há como deter esse processo.

À medida que cresce a malha urbana da metrópole, os custos vão aumentando; não apenas o custo de vida, mas também o social, o humano, o da segurança etc. Os espaços públicos tornam-se hostis. O que potencialmente seria um lugar de lazer, descanso e quebra de tensão passa a ser o território preferido da população marginalizada, dos moradores de rua, do menor abandonado, do drogado. A praça há muito perdeu sua função de ponto de encontro, de lugar de diversão nos grandes centros. Medo é a sensação mais freqüente que se tem nesses locais. Muitos desses espaços ganharam grades, na tentativa quase inútil de torná-los usáveis. É forçoso viver em espaços fechados. Os espaços públicos são agora ameaçadores. Os parques, que um dia tiveram a função de propiciar uma vida mais saudável aos cidadãos, de simular uma vida próxima da natureza, ironicamente, quanto mais necessários são para a população, mais abandonados ficam pela administração pública. Há uma nostalgia dos tempos em que se podia circular livremente pelas ruas, nostalgia essa que atinge os que presenciaram essa época e também os que nunca viveram essa tranqüilidade. Paulatinamente, crescem os espaços semipúblicos como os *shopping centers* que, embora supostamente possam ser usados por qualquer pessoa, na prática são excludentes. Esses espaços segregam e

admitem apenas a presença de 'autorizados'. Por sua vez, essa autorização é das mais perversas, pois é sutil, não está escrita em nenhum lugar, mas todos a reconhecem. Não precisa ser dita. O constrangimento impõe essa barreira e dá conta de fazer a seleção de quem pode estar lá ou não.

Há uma alienação da cidade: os cidadãos não a vêem como sua, como um lugar para ser usado e cuidado – ela não é vista criticamente. Aceita-se sua feiúra como se fosse inevitável; aceitam-se maus-tratos, pichações, sujeira, buracos, ônibus lotados, falta de segurança, mendicância, abandono, altos impostos, racionamentos de água e de luz, poluição etc. A utopia, antes de ser um desejo de um lugar melhor, é o inconformismo com as coisas, do modo como elas se apresentam.

> O que atrai, no passado e no futuro, é justamente o não estar 'presente'. É até mesmo possível reunir as duas categorias aparentemente contraditórias em uma só e considerar tudo como utopia: entendida não tanto como prefiguração de um tempo melhor, mas como desgosto e impossibilidade de viver no atual. (Argan, 2001, p. 9).

Considerações finais

Diante do discurso enunciado, pode-se afirmar que não só existe espaço para uma utopia no século XXI, como também ela ainda não foi enunciada. Quanto à questão da não-exclusão de grupos sociais, condição *sine qua non* de uma utopia, verificamos que está longe de ser alcançada. O que se vislumbra, na realidade, é exatamente o oposto: grupos desfavorecidos aumentando e condições privilegiadas para uma camada cada vez menor da população.

Em relação ao lugar, as grandes cidades do mundo mostram uma gradativa perda de qualidade de vida, sem que sejam tomadas providências para reverter esse cenário, ou o que está sendo feito não dá conta de atingir a todos. As diferenças sociais estão estampadas nas cidades. As conquistas materiais, outrora imaginadas como a grande saída, estão se voltando contra nós. Com o progresso vem o consumo do patrimônio ambiental. Quanto mais desenvolvimento tecnológico, maior é a degradação do meio ambiente.

A humanidade vem evoluindo do ponto de vista técnico, sanitário, de saúde pública e de expectativa de vida. A utopia hoje é fazer chegar a cada um dos indivíduos essas conquistas, sem contabilizar perdas ambientais. Afinal, as conquistas, o desenvolvimento e a evolução são para quê, para quem?

Aquele que elabora uma utopia sabe bem que ela não se concretizará. Já desde o início, isso está claro, pois sabe que suas idéias esbarrarão justamente naquilo que está sendo criticado e identificado como problema. Os mesmos motivos que levam a enunciar uma utopia, ou seja, a precariedade das condições em que a sociedade se encontra, causada pela pressão de manter-se o estabelecido, vai ser a grande barreira para que ela se realize.

Os que detêm o poder denominam de utopia aquilo que recusam, o que vai de encontro aos seus interesses. Arquitetos visionários chamam de utopia aquilo que se deve perseguir, para onde se deve rumar. Para visionários, utopia é passível de realização e deve ser encarada como desígnio. Com uma utopia, o que se obtém de concreto não é a sua realização, mas a manutenção da oposição. O fato de não ser concretizada não a torna menos relevante; ao contrário, reafirma o seu papel de crítica, mantendo um objetivo para a sociedade. Como afirma Karl Mannheim: "Com a renúncia às utopias, o homem perderia a sua vontade de moldar a história e, com ela, a sua capacidade de a compreender [...]" (apud Ricoeur, 1986, p. 464).

Em época não muito remota, a sobrevivência da espécie humana estava garantida pela própria vida de cada indivíduo e pela sua procriação, ou seja, uma pessoa que conseguisse perdurar até a idade adulta e gerar filhos estava dando continuidade à espécie humana. Hoje isso não é o suficiente. Viver até a idade adulta e procriar, ao menos para a geração presente, está praticamente garantido pelas condições atuais de saúde pública. O que está comprometido são as gerações futuras e não a atual. Nossa sobrevivência é uma questão intelectual; depende de atitudes e decisões que estamos tendo hoje. A maneira como estamos construindo nossas cidades terá um impacto nas gerações futuras.

Bem ou mal, a cidade industrial do século XX foi idealizada e construída. As técnicas que permitiam construir-se mais rapidamente e por um custo menor nem de longe deram conta de resolver a questão mais básica de uma cidade que é a habitação. Mesmo nos países mais ricos, o problema habitacional não encontrou solução.

É nesse momento que o pensamento utópico pode ser usado como um instrumento para resolver essas questões. Se nada do que se tem feito para melhorar a vida nas cidades tem surtido efeito, só resta tentar outro caminho. Se a abordagem baseada em tecnologia, em custos, estatísticas, etc. não está dando conta de transformar o ambiente urbano, é necessário mudar esse olhar, tirar o foco de um ponto próximo e voltá-lo para longe. É preciso um distanciamento, uma mudança de foco, para perceber alternativas, elaborar uma utopia para lidar com o real.

Referências

Argan, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2001.

Balibar, Etienne. Ambiguous aniversality differences. *A Journal of Feminist Cultural Studies*. v. 7, n. 1, 1995.

Certeau, Michel de. *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press, 1984.

Corbusier, Le (Charles Edouard Jeanneret-Gris). *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

Giannetti, Eduardo. *Felicidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Merleau-Ponty, Maurice. *Vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Montero, Paula. Questões para a etnografia numa sociedade mundial. *Revista Novos Estudos Cebrap*. n. 36, p. 161. São Paulo: s/n., jul. 1993.

Rabinow, Paul. *The Foucault reader: an introduction to Foucault's thought with major new unpublished material*. New York: Pantheon Books, 1984.

Ricoeur, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Biblioteca de Filosofia Contemporânea; Edições 70, 1986.

Santos, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Virilio, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.